

**CUSTO DO DRAGÃO** Efeito da alta de preços também beneficia o governo, que obteve US\$ 2,64 bi com o imposto inflacionário em 2004

# Inflação transfere US\$ 1,25 bilhão a bancos

MARCELO BILLI  
DA REPORTAGEM LOCAL

A inflação transferiu US\$ 1,25 bilhão aos bancos brasileiros no ano passado. Ao governo o imposto inflacionário rendeu ainda mais, cerca de US\$ 2,64 bilhões. Somadas, as duas cifras correspondem a nada menos do que 0,65% do PIB (Produto Interno Bruto) de 2004.

## Para economista da Febraban, ganho é um mito

DA REPORTAGEM LOCAL

O suposto ganho dos bancos com o processo inflacionário é um mito, diz Roberto Luis Troster, economista da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Em artigo sobre o efeito da estabilização no sistema financeiro brasileiro, ele diz que "é uma crença popular que a inflação beneficia os bancos". Isso é verdade em alguns casos, diz Troster, mas nem sempre e nem para todos os setores do sistema financeiro.

Por um lado, os bancos têm depósitos que não pagam juros. As taxas de juros sobre os ativos tendem a subir com a inflação, e os lucros deveriam subir também. Mas isso, diz ele, só ocorre no curto prazo. A persistência e o agravamento do processo inflacionário têm efeitos negativos para o setor. "No longo prazo, outros fatores, como a volatilidade, horizontes curtos de investimento e a falta de passivos financeiros que não pagam juros, têm um forte efeito negativo nos bancos", escreve Troster.

O economista diz ainda que existe uma "Curva de Laffer" para o sistema financeiro. Uma curva que relaciona a inflação com as receitas líquidas dos bancos. Conforme a inflação aumenta, a curva mostra aumento de receitas. Mas isso ocorre apenas até um limite. A partir daí, a aceleração da inflação começa a gerar perdas de receita que, com o tempo, superam os ganhos iniciais.

O artigo não trata das transferências inflacionárias calculadas pelos economistas da EPGE-FGV (Escola de Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas). No entanto Troster argumenta, por exemplo, que nem todos os depósitos à vista em poder dos bancos comerciais geram transferências inflacionárias para os bancos.

Parte dos depósitos, lembra o economista da Febraban, é retirada do mercado pelo Banco Central na forma de depósitos compulsórios. Do dinheiro recolhido pelo BC, argumenta, apenas uma fração é remunerada. "Quem mais ganha com o processo inflacionário é o governo", afirma.

Os bancos, claro, com o fim da inflação, começaram a elevar as tarifas para compensar a perda dos ganhos com o chamado "cash flow". Mas, afirma Troster, "todos esquecem que a manutenção de depósitos à vista tem custos. Verificação de saldo, checagem de assinaturas..."

Assim, se por um lado os bancos, antes do processo de estabilização de preços, tinham alguns ganhos com a aceleração da inflação, por outro, eles não cobravam por uma série de serviços que envolviam custos para as instituições, diz ele.

De 1995 a 2003, no período pós-estabilização da moeda, as transferências de renda aos bancos por conta da inflação ficaram, em média, em US\$ 2,51 bilhões ao ano, estima Rubens Penha Cysne, que, junto com Paulo Coimbra-Lisboa, estimou o imposto e as transferências inflacionárias da economia brasileira desde 1947. Cysne é economista da EPGE-FGV (Escola de Pós-Graduação em Econo-

mia da Fundação Getúlio Vargas). Coimbra-Lisboa é doutorando da mesma escola.

A existência de transferências e imposto inflacionários não é uma anomalia da economia brasileira. Pelo contrário, enquanto houverem moeda e sistema bancário, tanto o imposto quanto a transferência inflacionária existirão.

Para entender por que a existência de inflação os cria, é só imagi-

nar que o dinheiro que o correntista deixa no banco é como um empréstimo ao banco. A diferença é que o banco não paga remuneração por ele. Essa é a chamada transferência inflacionária. No caso do governo, a alusão é a mesma. Todos os brasileiros que possuem papel moeda fazem uma espécie de empréstimo não-remunerado. A inflação atua como se fosse uma taxa de juros negativa.

Os brasileiros, claro, já transferiram muito mais renda a governo e bancos no passado. Em épocas de descontrolado inflacionário, como o ano de 1987, imposto e transferências somados alcançaram 6,7% do PIB. Entre 1989 e 1994, o ano da estabilização, as transferências totais ficaram, em média, em 4,71% do PIB.

Cysne nota que, de 1994 a 1998, as transferências totais só caíram.

Voltaram para níveis mais altos a partir de 1999. A alta da inflação, depois da desvalorização, explica parte do fenômeno. Mas há também um lado positivo na alta do imposto inflacionário. "Os brasileiros passaram a confiar mais na moeda", diz o economista.

A medida que o medo da volta da inflação era dissipado, as pessoas passaram a trabalhar com mais papel moeda e, também por esse motivo, a elevar mais os depósitos nos bancos na forma de depósitos à vista. Entre meados dos anos 80 e 1994, a relação entre depósitos à vista e o PIB ficou em cerca de 2%. A proporção já foi de 12% na década de 70. Depois da estabilização, ela voltou a subir, situando-se agora em torno de 5% do PIB.

Apesar de ter baixado bastante, o nível de transferências totais, ou seja, a soma do imposto inflacionário com as transferências, ainda é relativamente alto, diz Cysne. Nos EUA, por exemplo, equivalia a 0,22% do PIB em 2003, ano em que, no Brasil, as transferências totais atingiram 0,42% do PIB. Só que a bancarização nos EUA é muito maior: 74% da população tem acesso a contas bancárias, proporção que no Brasil chega a pouco mais de 24%. Outra diferença importante: os EUA, emissor de moeda aceita internacionalmente, "recolhem" imposto inflacionário de todo o mundo.

O Brasil tem a desvantagem de ainda conviver com taxas de inflação bem mais altas do que as norte-americanas. Mais que uma crítica aos bancos, que não faz sentido, diz Cysne, os resultados mostram a inconveniência de defender taxas mais folgadas para as metas de inflação. "É importante lembrar que uma inflação em torno de 5,1% [meta do BC para este ano] já leva a uma certa perda", diz o economista da EPGE.

## Impacto no bem-estar

A inflação, lembra ele, não causa apenas perdas por meio dessas transferências involuntárias. Ela desorganiza a vida econômica. Cysne, junto com o economista Mario Henrique Simonsen (1935-1997), elaborou modelo para medir o custo de bem-estar da inflação. Ele seria de 3% do PIB no período de 1947 a 1993, um ano antes da estabilização. Nos últimos anos de descontrolado inflacionário, pouco antes de 1994, ele estima que o custo era de 8%. O significado do número? Ele mede a proporção da renda de que os brasileiros estariam dispostos a abrir mão para se livrar da corrosão persistente do valor da moeda.

Ele defende um ajuste mais rigoroso das contas públicas, de forma que haja espaço para manter a inflação com rédeas curtas e, ao mesmo tempo, reduzir as taxas de juros para níveis mais baixos.

→ LEIA MAIS sobre inflação à pág. B4

LANÇAMENTO DEMARCHI - SP

O prazer da vida ao ar livre com um clube à sua disposição.

57.700 M<sup>2</sup>

aromaz

4 DORMS. (2 SUÍTES)

178 M<sup>2</sup> PRIVATIVOS

CASAS EM CONDOMÍNIO FECHADO

- Piscinas adulto e infantil c/ solarium • quadras poliesportivas
- spa (sauna e sala de descanso) • sala de ginástica • praças
- espaço de recreação infantil • playgrounds • salão de festas

VISITE CASA MODELO DECORADA

R. MIRO VETORAZZO, S/Nº - DEMARCHI

Ligue 3888.3800 | [www.condominioaromaz.com.br](http://www.condominioaromaz.com.br)

Realização: **AGRA** INCORPORADORA

Participação: **PECOS** INCORPORADORA

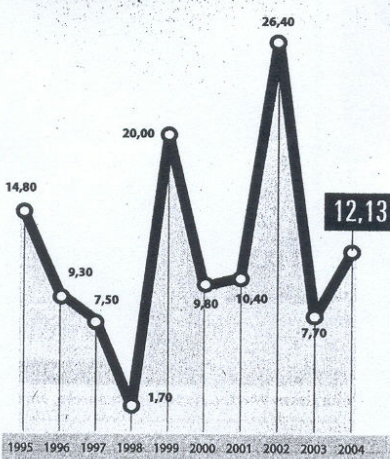
Planejamento e Comercialização: **ABYARA** Planejamento Imobiliário

Central de Atendimento Abyara: Av. República do Líbano, 417 - São Paulo - SP - Diariamente entre as 21 h - CRECIJ 15.130 - Mem. de Inscr. Reg. sob R-4 Matr. 49.699 no 2º Oficial do Reg. de Imóveis de S.B.C. em 17/06/05.

## INFLAÇÃO TRANSFERE DINHEIRO PARA BANCOS E GOVERNO

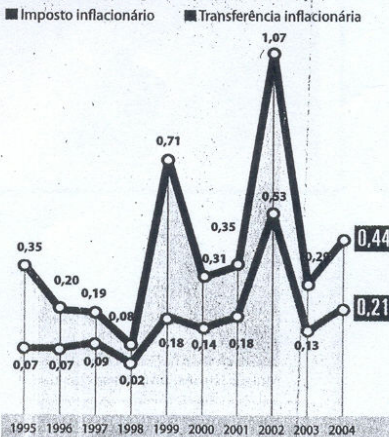
Estudo mostra peso de transferências inflacionárias no PIB

**Taxa de inflação**  
Em %, medida pelo IGP-DI



**Imposto inflacionário e transferência inflacionária**

Renda capturada pelo governo pelo efeito da inflação, em % do PIB



**No Brasil, nos EUA e no Mercosul**  
Média do período 1995-2003



**US\$ 2,51 bilhões**

foi a média de recursos transferida, por ano, aos bancos por conta da inflação no período pós-Real